

A vida psíquica dos bebês: apego a contextos e sujeição de gênero

The psychic life of babies: attachment to contexts and gender subjection

La vida psíquica de los bebés: apego a contextos y sujeciones de género

Alan Isaac Mendes Caballero¹

Resumo: Oferece-se aqui bases conceituais úteis dos Estudos de Gênero aos Estudos de Bebês, uma vez que as categorias de gênero e geração confluem na discussão sujeito/agência. Para isto, propõe-se um diálogo com Holt (2013; 2018) a partir de releituras da teoria da sujeição de Butler (2006; 2017). Os argumentos centrais são que a sensibilidade dos bebês são dependentes e vulneráveis aos contextos de cuidado, logo, uma sensibilidade sobre as quais se assentam estruturas generificantes. Tais são os fundamentos da vida psíquica dos bebês, passíveis de descrições topográficas e fabulatórias do desejo para compreender os limites de sua sujeição emocional e as relações intersubjetivas em jogo tanto na produção dos rostos singulares das infâncias quanto de suas rostificações binarizantes.

Palavras-chave: Infância; Subjetividade; Agência.

Abstract: It is offered usefull conceptual bases from Gender Studies to Babies Studies, once the categories of gender and generation confluates to subject/agency discusion. For this, it is proposed a dialogue with Holt (2013; 2018) by relectures of the subjection theory of Butler (2006; 2017). The key arguments considers that babies sensibilities are dependents and vulnerable to contexts of the care, therefore a sensibility about which are settled gendering structures. Such are the basis of the psyquic life of babies, susceptible to topographical and fabled descriptions of desire to undestand the limits of emotional subjection and its intersubjective relations at play both in the production of the singular faces of childhoods and their binarizing facializations.

Keywords: Childhood; Subjectivity; Agency.

Resumen: Aquí se ofrecen bases conceptuales útiles de los Estudios de Género a los Estudios de Bebés, una vez que las categorías de género y generación confluyen en la discusión sujeto/agencia. Para esto, se propone un diálogo com Holt (2013; 2018) a partir de las relecturas de la teoría de la sujeción de Butler (2006; 2017). Los argumentos centrales son que la sensibilidad de los bebés son dependientes y vulnerables a los contextos del cuidado, por ende, una sensibilidad sobre las cuales se asientan estructuras generificantes. Tales son los fundamentos de la vida psíquica de los bebés, propensa a descripciones topográficos y fabulatorios del deseo para comprender los límites de su sujeción emocional y las relaciones intersubjetivas em juego tanto em la producción de rostros como en las rostificaciones binarizantes.

Palabras claves: Infancia; Subjetividad; Agencia.

Introdução

Hoje em dia é bem conhecida a potência da categoria gênero, a qual alcança desde os campos mais especializados da academia e de instituições de Estado, até aqueles extremamente práticos da vida cotidiana e das transformações emergentes nas sociedades. Nesse caminho, os Estudos da Infância vêm mostrar sua fertilidade para a renovação da

¹ Unicamp

categoria gênero com discussões trazidas pelos Estudos de Bebês, abrindo alas para espiralagens e latências torrenciais do que há muito se conhece ora por questões de gênero, ora por problemas de gênero, ora por relações de gênero, ora por outras variações. Mas desta vez, retorna com foco nos bebês.

Com efeito, investe-se em uma nova abordagem iniciada por Tebet (2013), as quais são continuadas no grupo de estudos *Bebêeducação*² e ampliada em Tebet (2019), além de contar com Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses destinadas especificamente a cartografar bebês (Moraes, 2018; Costa, 2019; Pontes, 2020) ou que usam outros métodos de observação (Santos, 2021). Nelas gênero contribui de inúmeras maneiras para estudos geracionais, uma delas é por sua interseccionalidade mencionadas em listas de categorias, tais quais: “gênero, raça, etnia, filiação, etc.” (Barros, 2019, p. 459); “classe social, gênero, etnia, religião, contexto geográfico, etc.” (Oliveira, 2019, p. 227); “cultural, étnico-racial, etc.” (Tebet, 2019, p. 395); “questões de gênero (dentre outras, certamente)” (Lins, 2019, p. 610); ou simplesmente, “questões sobre relações raciais e gênero” (Tebet, 2019, p. 23).

A interseccionalidade exhibe, por sua vez, “fatores de heterogeneidade” (Oliveira, 2019, p. 227) e “elementos externos [ao Ser]” (Barros, 2019, p. 459) para compreender processos de singularização, individuação e subjetivação na infância ao interconectar “categorias ‘minoritárias’” (Oliveira, 2019, p. 240) em bricolagens. Essas composições, iniciadas pelo conceito de bebê, findam por ligar os processos estruturantes ao “funcionamento da máquina capitalística e dos dispositivos de biopoder a ela associados” (Lins, 2019, p. 609), os quais, em suas lógicas de sujeição, insistem em uma reação às subjetividades infantis.

Por outro lado, indica-se nesse vasto conjunto de signos – sobretudo quando sinalizados por “etc.”, “dentre outros” ou em demoradas enumerações de categorias - a capacitação dos bebês para a ação social, tornando-os produtos e produtores da sociedade em que vivem. Chega-se a afirmar nos bebês uma “identidade geracional” (Pontes, 2019, p. 395) se compreendida pelas relações de pertencimento com as categorias escolhidas (entre elas a de gênero) que porventura se possa adquirir, o que permite entrever desigualdades e exclusões na interação dos bebês com elementos humanos e não-humanos, bem como sua aproximação aos valores socialmente aceitos e, conseqüentemente, um afastamento progressivo de seu campo geracional.

² O *site* oferece materiais de estudo, cronogramas de disciplinas, recomendações de leitura e divulgações de aulas, cursos, notícias, entre outros recursos para conhecer os interesses epistemo-metodológicos dos Estudos de Bebês. Disponível em: <http://bebeeducacao.blogspot.com/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

Se essa narrativa sobre os Estudos de Bebê é verdadeira, então a tese inaugural *um bebê não é uma criança!* (Tebet, 2013) certifica aos bebês sua potência em meio a todo tipo de organização social, cujo intuito está em conferir agência à primeira infância e preservá-la nas gerações seguintes por meio de sucessivas transformações. Convenientemente, os Estudos de Gênero têm utilizado esses mesmos fundamentos ao investigar sexualidades, patriarcalismos e movimentos feministas, homossexuais e transgêneros a partir de sua capacidade de resistência, lugar em que a agência conserva na subjetividade a possibilidade de transformação social (Weedon, 1999). Nesse sentido, gênero e geração confluem em seus propósitos por meio de diferentes objetos e sujeitos e, por isso, gênero aparece como uma categoria tão mencionada nos Estudos de Bebês.

Considerando esse percurso entre bebês, cartografia e gênero, meu objetivo aqui é experimentar um diálogo com Louise Holt (2013; 2018), da Universidade de Loughborough (Inglaterra)³, mencionada apenas em nota de rodapé em Tebet (2019), cujas produções selecionadas apresentam contribuições teóricas da categoria gênero para pensar a sujeição nos e com os bebês. Feitas essas considerações introdutórias, retomo a discussão sobre gênero e sujeição na autora inglesa acompanhada de minhas releituras de Butler (2006; 2017; 2018; 2019), também interlocutora de Holt (2013; 2018), com o propósito de oferecer bases conceituais úteis aos Estudos de Bebês. Nessa trajetória, dialoga-se também com outras produções brasileiras e de língua inglesa na tentativa de estender adequadamente a perspectiva butleriana às/aos bebês enquanto sujeitos pesquisados.

O que é um bebê?

Antes de iniciar o diálogo pretendido, é pertinente apresentar noções de bebês para vislumbrar o que se quer dizer com isso. Sendo assim, o que é um bebê? Em Tebet (2013) encontramos respostas a essa pergunta em quatro paradigmas anglo-saxões da Sociologia da Infância: a Sociologia do Discurso da Criança e da Infância; a Sociologia da Infância Estrutural-Categorial; a Sociologia da Infância Estrutural-Relacional e a Sociologia das Crianças.

No bojo dessas perspectivas os bebês poderiam ser compreendidos por dois modos de existência, imanentes e transcendentos. Nos modos imanentes recorre-se ao bebê como

³ Para informações profissionais, ver <https://www.lboro.ac.uk/subjects/geography-environment/staff/louise-holt/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

suporte (mas não fonte) de suas próprias experiências, o que configura uma diversidade de modos: um estágio de vida denominado *pré-individual*, sendo o bebê uma pré-individualidade anterior a criação de um indivíduo; sua compreensão por princípios filosóficos, como *devoir*, *diferença*, *potência* e *afeto*, os quais remetem à *singularidade* do bebê para contestar categorias identitárias presumidas de categorias geracionais; e capacidades de ação, constatado por *agenciamentos*, *cartografias* e na inserção dos bebês ao paradigma do *ator-rede* e, conseqüentemente, com capacidade de atuação, mas não são necessariamente sujeitos⁴.

Em oposição, considero transcendentais aquelas perspectivas nas quais o bebê é retirado de sua imanência para suportar uma alteridade (humanas e não-humanas), tal quando se utilizam noções de *discurso*, *produção*, *estrutura*, *campo social*, *subjetivação*, *interpretação* e *individação*. Apesar da aparência binária circunscrita nesses modos de existência, não é seguro afirmar que ao habitar um plano de imanência o bebê está separado do plano de transcendência, como se não pudesse conectar-se a ele. A tentativa epistemológica dos Estudos de Bebês tende a perceber no limite da projeção de um plano de transcendência aos bebês a permanência de seu plano de imanência, os quais, articulados, não desaparecem um com o outro, embora sejamos levados a tomar tal separação como evidente, como expresso pela tese de Tebte (2013 - *um bebê não é uma criança!*, na qual parece subsistir a não-contradição entre bebê e criança, mas toma os bebês por seu foco.

A seguir, refaço o caminho proposto por Holt (2013; 2018) para delimitar os aspectos imanentes e transcendentais da categoria gênero, tomando por material base uma teoria do apego de Butler (2017). Para cumprir essa tarefa, começarei defendendo o seguinte argumento: bebês não têm gênero.

Estruturas de generificação

Se o conceito de gênero é tomado inicialmente por um conjunto de estruturas de pensamento com fundamento no dimorfismo sexual do corpo, então a aquisição de um gênero recorre à internalização de tais estruturas sexualizantes. Por isso, é coerente afirmar não somente a possibilidade de construção da sexualidade, mas a fundação do sujeito sexualizado

⁴ Embora pareça evidente ao considerar-se subjetividade o habitat de uma humanidade inteligível e até natural, afirmar a subjetividade de um bebê não é tarefa simples para teorias da sujeição (Butler, 2017). A depender do que queira sugerir com subjetividade, não há complicações para atribuí-la a um bebê e, com efeito, ele será um sujeito.

a partir da sexualização do pensamento por elementos estruturantes. Entretanto, como já apontado por Butler (2017), esse argumento incorre em uma lógica interpelativa para a criação do reconhecimento e finda por justificar a sujeição. Em outras palavras, as estruturas parecem invadir, sem consentimento algum do indivíduo, um corpo passivo e organizá-lo de modo conveniente a interesses externos ao corpo.

Apesar desse argumento construcionista afirmar a fatalidade da generificação de bebês, e corroborar com um modo de existência transcendental e dissimulador de possibilidades imanescentes, ele responde perfeitamente à seguinte questão: “Haverá humanos que não tenham um gênero desde sempre?” (Butler, 2018, p. 221). Sim, e com isso, chega-se a propor que os bebês se parecem a esses seres humanos (ou em vias de sê-lo) não-generificados, mas sobre os quais recaem toda sorte de estruturas. Sendo assim, a humanidade dos bebês aparece apenas de forma presumida, pois a próxima pergunta da filósofa estadunidense é: “se o gênero está sempre presente, delimitando previamente o que se qualifica como humano, como podemos falar de um ser humano que se torna de seu gênero, como se o gênero fosse um pós-escrito ou uma consideração cultural posterior? (Butler, 2018, p. 221).

Com isso, assume-se a anterioridade do gênero à qualidade do humano, e se Butler (2018) usa tal recurso é para propor o seguinte: não é suficiente possuir um corpo para ser humano, visto que a condição de humano requer uma compreensão cultural (logo, simbólica) baseada em marcadores precisos, tal como gênero. Se o nascimento de um bebê requer a identificação de um bebê por menino ou menina, como manda a norma hétero, ainda que essas estruturas não estejam incorporadas, é porque tal identificação, ao marcar simbolicamente o corpo nascido, já insinua projetos existenciais que orientam os cuidados destinados à/ao bebê a aproximarem-na/o do ato de enunciação da/o médica/o, o que procede por contratos tácitos sobre o significado da sexualidade enunciada e demonstrada pela exposição dos genitais.

Possivelmente, e tomando a declaração médica (e sem outras complicações) por seu início⁵, o bebê chegue ao mundo circundado por marcadores de gênero que o humanizam no processo de incorporação desses marcadores. E antecipando a incorporação, o bebê é humanizado desde seu nascimento pela crença de que ao nascer, já possui um gênero (biológico). Frente a essa contradição, é possível afirmar que um bebê não possui gênero, e ao

⁵ As consultas pré-natal também oferecem atos enunciativos de gênero quando a/o médica/o aponta para o monitor de ultrassom e diz “Viu? É um menino/menina, aqui está a prova!”. A instituição médica aparece tão cedo na subjetivação de bebês a ponto de poder-se ampliar o dispositivo de sexualidade para os fetos.

não possuir gênero, não é imediatamente humano, mas seu gênero e sua humanidade são acreditados e incentivados ao longo de seu crescimento, pois estas são as condições de inteligibilidade do sujeito que se espera no futuro.

Se o bebê não se vincula imediatamente às marcas de gênero disponíveis onde quer que seja, e se o gênero, em contrapartida, se apresenta por condições preexistentes e insistentes ao bebê, então presenciamos o retardo de seu processo de subjetivação e um reforço à sua singularidade e, parcialmente, a sua individuação. Também é possível afirmar que o poder esbarra no não-reconhecimento imediato do bebê a sua presença, desde que poder seja tomado por uma exterioridade que persiste em uma interioridade para fragmentá-la e alojar-se em suas fraturas com a finalidade de continuar-se, expandir-se e dar vida a um novo ser.

Sendo assim, se bebês não possuem gênero ao nascer, então essa categoria é inútil para conceber os modos de imanência de um bebê? Ou ainda, se um bebê não possui gênero e, portanto, não é um sujeito, então deveríamos firmar as contribuições dos Estudos de Gênero somente para uma compreensão de modos de transcendência, quando se fala em sujeição e assujeitamento⁶? Afinal, os bebês se sujeitam às normas de gênero? É preciso ser consciente da realidade dessas normas para ser sujeito a elas? Como e quando um bebê passa a concebê-las para si de modo a experimentar-se e determinar-se com elas?

Para responder a essas perguntas, é necessário recorrer ao binômio sujeito/agência estabelecido em teorias da sujeição (Butler, 2017), o que nos leva ao nosso seguinte argumento: bebês, apesar de sua singularidade, são seres vulneráveis, e por isso eles constroem seu ser por meio de apegos emocionais a objetos e sujeitos, quando reconhecidos como tais.

Uma teoria da sujeição

Ao sugerir a vulnerabilidade do corpo para que sujeitos possam ter uma vida, Butler (2017) insiste em uma ontologia da incompletude e dependência do ser ao seu contexto, o qual pode ser entendido pela “historicidade e a espacialidade efetivas do signo” (Butler, 2017, p. 142) ou mesmo cadeias de signos. Holt (2013; 2018) segue essa teoria da sujeição (até certo ponto) para recusar estados soberanos, autônomos e individualizados na vida psíquica do bebê, pois a autora testemunha noções controversas de agência em seu campo de estudos.

⁶ Tomo ambos os termos por sinônimos do original *assujettissement*.

Segundo Holt (2018), faz-se necessário um

projeto de desconstrução das noções de agência adotadas [em pesquisas sobre bebês] para uma exploração mais completa de como *todos os agentes*⁷ somente *vem a ser* por meio de relações intersubjetivas de interdependência física e emocional no espaço [...], enquanto continuam [as pesquisas] a reter a noção de agência, o que é central para o projeto político de pesquisar com crianças e outros grupos cujas vozes e perspectivas são frequentemente escondidas (Holt, 2018, p. 412, tradução minha)⁸.

Além da inclusão dos bebês nesse projeto de desconstrução da agência, seus contextos incluem mães, outras cuidadoras/es, brinquedos, entre outros objetos transitórios.

Com isso, Holt (2018) promete vislumbres [*insights*] tanto para uma teoria da subjetivação quanto para uma abordagem mais adequada na compreensão da vida psíquica dos bebês. Tais contribuições permitiriam desacreditar uma “psique interior ou socialmente anterior” aquém dos contextos e negociar a “autenticidade de agentes transformativos sem o recurso a noções liberais e modernas de agência” (Holt, 2018, p. 424, tradução minha)⁹. Por outro lado, a autora adverte, com menção à formação de *habitus*, que “normas e valores encarnados são incorporados nas nossas psiques e são difíceis de se transformar” (Holt, 2018, p. 431, tradução minha)¹⁰. Consequentemente, ao mesmo tempo que a psique e sua dinâmica emocional são o substrato da sedimentação de um *habitus*, também apresentam empecilhos para a observação das variações nos processos de subjetivação, como as nuances dos processos já mencionados de individuação e singularização de cada bebê. Dito em outras palavras, o plano da imanência acaba sendo retirado de foco dos estudos se a vida psíquica dos bebês é reduzida ao entendimento de uma psique comum e geral, como se o conceito de bebê servisse a um entendimento médio e não múltiplo de sua diferença.

⁷ Em artigo para Tebet (2019), propus que bebês seriam pré-agentes se entendidos pela teoria dos campos, porém, essa é uma posição sustentável na medida em que o agente (e sua agência) está intrinsecamente e *exclusivamente* voltado a adquirir códigos linguísticos e culturais, o que não se estende a Louise Holt.

⁸ “[...] project of deconstructing the notions of agency adopted, to more fully explore how *all agents* only *become* through inter-subjective relations of physical and emotional interdependence in space [...], while still continuing to retain a notion of agency, which is central to the political project of researching with children and other groups whose voices and perspectives are só often sidelined”.

⁹ As sentenças sem cortes no original são: “Observing my infants has led me to question the Foucauldian-Butlerian position that there is no **interior or socially anterior psyche** [...]. The problem might be, therefore how to negotiate the **uniqueness of the transformative agent without recourse to modernist, liberal notions of agency** [...]”. Os destaques remetem aos trechos traduzidos.

¹⁰ A sentença completa, no original, é: “I would argue that the **norms and values embodied in infancy are incorporated into our psyche and are difficult to transform**”. Os destaque referem-se às sentenças traduzidas.

Butler (2006; 2017) não se diferencia desse projeto de interdependência e desconstrução da agência, senão pela escassez de menções a bebês, os quais estão presumidos em categorias mais amplas (como *crianças*). Bebês não estão descartados uma vez que a criança intersexual é assombrada pelos dispositivos de gênero e sexualidade desde seu nascimento, tal como relatado no caso John/Joan (Butler, 2006). Com efeito, a endocrinologia, a psiquiatria, a justiça e aparatos normativos correlatos estabelecem regulações de gênero desde o nascimento para tornar os corpos inteligíveis sob o auspício da vida psíquica e social saudável, o que, segundo Butler (2006), na verdade finda por produzir sofrimento psíquico e, em casos limites, o suicídio na vida adulta.

Retomando o caso John/Joan (Butler, 2006), após um erro médico de mutilação genital do pênis do recém-nascido John, assim nomeado por seus pais, uma equipe de médicos decide transicionar John de menino para menina (Joan). A equipe está convicta de que a criação familiar seria determinante para o sucesso da adaptação de Joan ao gênero redesignado ainda em seu nascimento. No entanto, segue-se uma desidentificação na juventude com as normas de gênero vividas até então, Joan recusa o gênero feminino ao qual foi redesignada e requer um novo processo de transição de menina para menino sob alegação de estranhamento com o próprio corpo. Sobressai nesse caso a afirmação de um Eu que não lhe pertence em seu interior, um tipo de relato exemplar e preciso do que Butler (2017) entende por sujeição.

A sujeição é o processo por meio do qual se cria um sujeito para habitar uma subjetividade¹¹, o que é geralmente entendido como os primórdios inconscientes da consciência, bem como sua determinação estrutural. Sendo assim, se estruturas de gênero criam sujeitos por sujeição às condições existenciais (materiais e semióticas), então é possível supor um interior do corpo sem sujeito. É nesse sentido que Butler (2018) recupera a crítica de Gayle Rubin às bases estruturalistas da psicanálise, na qual se afirma: “cada criança [inclusive bebês] contém todas as possibilidades sexuais acessíveis à expressão humana” (Rubin, 1975, p. 189 *apud* Butler, 2018, p. 260)¹².

Após problematizações sobre essas “possibilidades sexuais” anteriores à heterossexualidade compulsória, Butler (2018) parece delimitar um espaço de agência que bem poderia ser denominado não-binário, pois a *expressão humana* se valeria tanto de atributos nomeados pela lei, e portanto culturalmente inteligíveis (seja por inclusão ou por exclusão, já que ambos se valem do reconhecimento por afirmação ou negação de objetos),

¹¹ O que, em alguma medida, corresponde vagamente às noções de interior e interioridade (Butler, 2017).

¹² Esta citação corresponde à nota de rodapé número 45 do Capítulo 2 em Butler (2018).

quanto por atributos marginalizados à inteligibilidade, isto é, sem qualquer situação temporal à norma, uma vez que sequer chegam a ser nomeados ou identificados nas narrativas de coerência para o gênero.

Em todo caso, essas “exposições temporais” sobre a “divisão no sujeito e da *fêlure* [falha] no desejo” contém implicitamente os elementos forcluídos (Butler, 2018, p. 275), os quais operam na subversão do desejo antes mesmo de um ser tornar-se sujeito. Apesar disso, Holt (2013) sustenta que o binômio sujeito/agência tem sido pouco produtivo para pesquisas com bebês, já que esses termos de origem fenomenológica se desinteressam pela geografia da intersubjetividade. Tal posição é pertinente ao expor limitações (senão impossibilidades) de usar processos linguísticos e culturais (formações estruturadas e estruturantes) para compreender bebês e seu crescimento (seres pré-individuais e psiquicamente não-estruturados).

Sendo assim, a verificação de gênero em bebês torna-se tão improvável a ponto de deslocar paradigmas centrados na formação de espaços interiores moldados por internalizações de estruturas e experiências (campo invisível) para dinâmicas de cunho etnográfico centradas no espaço exterior e em acontecimentos (campo visível). Nesses termos, gênero parece mais apropriado para pensar a organização do que a não-organização da psique, o que justifica o abandono parcial pela perspectiva de Butler (2006; 2017) na argumentação de Holt (2013) para a perspectiva rizomática de Deleuze e Guattari (2011), segundo a qual o bebê estabelece, sobretudo, conexões ao invés de internalizações. Por outro lado, não é incomum a menção a bebês nos Estudos de Gênero tal como nos Estudos de Bebês, seja por conferir-lhes uma potência despida de universalismos, biologicismos, entre outros discursos transcendentais, ou em interação com os cuidados maternos, cuja compulsão ao feminino se estende intersubjetivamente para agentes de educação, saúde, entre outras áreas feminizadas.

Se por um lado Holt (2013; 2018) propõe uma geografia de gênero pautada na observação do apego para estudar a agência dos bebês, e assim evitar um campo interpretativo convencionalmente chamado subjetividade, essa “teoria do apego” se define por “relações intersubjetivas de interdependências emocionais como requerimento ao desenvolvimento emocional e social da criança” ao invés de perspectivas voltadas para “autodeterminações psíquicas” (Holt, 2018, p. 425, tradução minha)¹³. Logo surge a pergunta: se uma geografia

¹³ O excerto completo, no original, é: “**Attachment theory** is inherently a more positive view of socialpsyche development than object-relations theories, given the importance given to **intersubjective relationships of emotional interdependence as a requirement for emotional and social development of children [...]**.”

dos bebês oferece um mapa de conexões motivadas pelo apego, como mapear esse envolvimento emocional com o mundo circundante do bebê? Aliás, seria necessário eliminar a emotividade interna dos bebês para fazer etnografia das emoções? Em caso afirmativo, como se explica a criação de um *habitus* – disposições e estruturas emocionais – senão por um rico ou proto-substrato emocional plástico e disponível desde a primeira infância, ou mesmo desde o nascimento e até antes dele, para a aquisição de estruturas mentais?

Provocações mais agudas tomam vez: se Holt (2013) repentinamente sugere em sua argumentação maior utilidade dos conceitos deleuzoguattarianos para desfazer os limites de Butler (2006; 2017) para o binômio sujeito/agência, já não está estabelecido nesse milagroso paradigma rizomático a existência totalizante e universal de uma axiomática capitalista pautada na desterritorialização e captura incessante de desejo? Em que esse desejo se diferencia da emoção, se a psicanálise, desde seus primórdios, se vale de termos como amor e ódio para compreender as relações objetais na formação da psique? Estas perguntas não são somente problemas de definição, mas contradições próprias da agenda de pesquisa defendida por Holt (2018), e perfeitamente extensível aos Estudos de Bebês em sua empreitada não-interpretativa se queremos com isso apoiarnos em “caminhos não redutivos” (Holt, 2013, p. 11, tradução minha)¹⁴.

A seguir, tentarei sugerir como a fabulação é própria à teoria da sujeição quando ela se dedica à especulação da experiência emocional, da qual o apego emocional, reiterado por Holt (2013; 2018), permitiria elaborar uma topografia da vida psíquica sem a qual nenhuma humanidade é possível, inclusive aquela atribuída ao bebê. Saliento, portanto, o falso problema representado pela desconfiança de quem pesquisa ao constatar a coexistência ruidosa e necessária das interações no espaço com a intensividade, sem qualquer pretensão de alcançar a consciência, a razão, o pensamento ou a essência dos bebês de modo isolado de seus respectivos contextos. O que se quer, portanto, é indicar a existência de uma sensibilidade interna aos bebês e não somente da pele para fora.

Topografia do apego

O desenho da teoria da sujeição de Butler (2017) recorre ao que ela denomina topografia, uma “paisagem espacializada da mente” (Butler, 2017, p. 264), sendo o principal

Attachment theories differ from Winnicott’s object-relations by emphasising relations of attachment rather than **psychic self-differentiation**”. Os destaque remetem aos trechos traduzidos.

¹⁴ No original: “[...] non-reductive ways”.

objeto de interesse da filósofa estadunidense a melancolia de gênero, cujas consequências podem ser ampliadas à internalização de processos de identificação. Pode-se até mesmo sugerir a partir de Deleuze e Guattari (1992) que uma topografia explora fabulações internas da psique diante de uma realidade externa. Essa dualidade entre um *dentro* e um *fora* do corpo, como visto anteriormente, não forma a psique por mero construcionismo, mas induz a uma ambivalência sobre o recolhimento de elementos externos para os espaços internos do corpo. Por sua vez, a pele, membrana divisora entre o interno e o externo no corpo, alegoriza uma passagem transformativa dos elementos à psique, mais do que sua simples absorção. Razão pela qual se insinua que “a consciência é uma ficção necessária, sem a qual o sujeito gramatical e fenomenológico não pode existir” (Butler, 2017, p. 101).

Conforme Butler (2017), desprendem-se três propriedades do apego: vinculação, transferência e tropismo, cuja compreensão é central para uma topografia emocional dos bebês. A vinculação do apego é facilmente comparável à pulsão ou ao investimento libidinal na psicanálise, já que a dimensão interna da psique exige pensá-la a partir de uma fenomenologia do desejo. Para ser mais preciso, apego está designado por “movimentos ou trajetórias libidinais que sempre tomam um objeto [no espaço]”. Por isso “o apego é sempre apego a um objeto” (Butler, 2017, p. 159) desde que o objeto agarrado pelo apego altere o próprio apego. Quando essas dobraduras do desejo podem ser projetadas ou emitidas na forma de signos, admite-se a transferência do desejo, de modo que o desejo se apegue a outro desejo, não somente a objetos.

Consequentemente isso sugere que “o desejo de desejar é uma vontade de desejar justamente aquilo que forcluirá o desejo, ainda que seja pela simples possibilidade de desejar” (Butler, 2017, p. 90), sendo a forclusão o mecanismo psíquico de negação, superação e conservação da libido para a formação de novos apegos na economia libidinal dos investimentos. Portanto, a preservação do corpo – entendido aqui por uma fantasia particular do inconsciente – requer a própria separação do corpo na medida em que o rompimento do apego requer a sua própria supressão. Butler (2017) sugere “certa incomensurabilidade entre a capacidade para o apego corporal e o lugar onde ele é confinado” (Butler, 2017, p. 88), garantia da imprevisibilidade do desejo.

Ainda que as propriedades de vinculação e transferibilidade do apego sejam geograficamente observáveis por movimentos no espaço, a forclusão do desejo oferece um movimento trópico de uma dobra imaginária para superfícies corporais, isto é, uma dinâmica de transformações do eu corporalizado na psique. Holt (2013; 2018) é extremamente feliz em

sinalizar a importância do contexto enquanto uma inter-relação entre a observação que a pesquisadora em campo faz da vinculação e da transferibilidade do apego para objetos e sujeitos (cuidadoras/es), ao mesmo tempo que acrescenta sua própria interpretação dos trajetos trópicos do apego (dobraduras ou voltas do desejo sobre si mesmo) que uma geografia de bebês pode ter vez para acompanhar as linhas dissimuladas do social em psíquico.

Uma incerteza (e até descrédito metodológico) poderia pousar sobre o estudo dos bebês em seus contextos se aceitamos que nada assegura que as etnografias sejam capazes de pontuar com precisão a formação dessas superfícies corporais chamadas há pouco de tropos e assim evitar o psicologismo evocado por Holt (2013; 2018). Se a observação de contextos oferece uma historicidade mais imediata do apego, o apego subjetivante requer maior meditação, já que está permeado por armadilhas linguísticas de inferência dos fenômenos produzidos pelas dobras, pelas superfícies que deixam de existir e daquelas que ganham existência, ou mesmo das causalidades possíveis entre os signos do contexto e os signos assimilados pela intérprete em campo. Nessas condições, por que não simplesmente abolir essa dificuldade metodológica com um ato de recusa?

Simplesmente porque seria uma estratégia forclusiva ao recusar entender como as emoções dos bebês se espacializam em suas dobras. Chamemos de desejo, libido, pulsão, apego, sentimento, emoção ou por qualquer outra palavra que nos convenha, a essas dobras fundamentais para a formação de superfícies corporais na psique produzidas na internalização das experiências e no contato com a realidade exterior. Não é a elas que se está orientado quando se discute a subjetivação? Também não apontam a elas todas as formas de resistência, uma vez que os tropos resultam em resíduos não simbolizáveis pela cultura, além das superfícies persistentes à sobrevivência da psique do bebê? As complicações existentes em uma interpretação representam a recusa obrigatória da interpretação? Ou sinalizam conteúdos latentes do inconsciente que passam a existir por atos de nomeação, como quando nos deparamos com casos limites e de existência paradoxal? Ao estabelecer esse limite, quase que o tomando por um ser-em-si, não se faz da interpretação a sua tendência ao limite despreocupada da possibilidade de conhecer a verdade do ser-bebê, mas de orientar-se eticamente ao apego dos bebês?

Ao invés de uma descrença reducionista à interpretação enquanto repetição tediosa ou tagarelice mimética do real, poderíamos conciliar a topografia das emoções com aquela geografia dos afetos esperada por Holt (2013; 2018), já que seu projeto é colocado em questão por cartografias que insistem na poética do espaço ou na nervura do real se compreendemos

esse real como uma rede de significações e produtos de percepções dinâmicas, cruzadas, alternantes, superpostas e auto-organizativas, deixando assim de representar a mentalidade como meras suposições infundadas, especulações inúteis ou sustentações falidas de hipóteses que se disfarçam de fatos por conseguirem iludir nossa inteligência com palavras.

Para um caso ilustrativo, já na tentativa de abranger o funcionamento dessa fabulação da consciência aqui denominada topografia das emoções, tomemos *Diário de um bebê* (1991), em que Daniel Stern acompanha e registra a vida cotidiana de um de seus filhos de seis semanas até os quatro anos de idade. Durante todo esse processo, as sensações do bebê com poucas semanas de vida ora são produções imediatas e genéticas de seu sistema nervoso, como a fome, a sensibilidade à luz e a identificação de emoções nos rostos adultos. Ora associadas à eventos naturais e artísticos, momentos em que a topografia emocional do bebê alcança seu cerne por meio de recursos poéticos. Aí, as emoções se comportam como as ondas do mar, a fúria da tempestade, as melodias musicais, o movimento dos astros celestes e outras danças cósmicas. Nesse exercício fabulatório pouco interessa que o bebê conheça de fato o que é a dança, a música, o mar e o universo cósmicos; que já tenha lido ou ouvido falar da neurociência, da astronomia ou da pintura, já que é seu pai, Daniel Stern, quem se vale deles por matérias de expressão para explorar as sensações na vida psíquica de seu bebê.

Joey também logo ficará aborrecido olhando para o mesmo ponto na borda do reflexo de luz. [...] Ele começa a explorar, com sua atenção, o interior do reflexo de sol que aparece em sua visão periférica. [...] O reflexo de sol começa a “tomar vida” para ele. Começa a mover-se, a mudar de cor e forma. [...] Ele vê uma dança. [...] [Excertos de *Diário de um bebê*] (Stern, 1991, p. 28).

[Na fome] tudo é afetado – seus movimentos, respiração, atenção, sentimento, excitação, percepções e assim por diante. Esta interferência ‘global’ deve parecer a Joey como uma súbita desarmonia em seu mundo, um ‘algo dando errado’. O tom emocional de tudo deve mudar para ele, subitamente, como ocorre antes de uma tempestade quando ‘a luz torna-se metálica’ (Stern, 1991, p. 39).

A cada passo para longe dessa base [sua mãe], incrementava-se o perigo e a excitação, e a distância emocional aumentava. [...] Esta distância emocional é determinada pela presença de sua mãe, “a estrela pela qual me oriento” como se o espaço fosse mais denso e mais concentrado em torno dela e mais fino enquanto ela se afasta (Stern, 1991, p.85-86)

[Os sentimento] são impressões mutáveis múltiplas que alteram-se todo o tempo, assim como a música ou dança. Por exemplo, [após ver novamente o objeto buscado, mas escondido até então,] Joey primeiro sente sua emoção de prazer surgindo em um crescendo como uma onda cresce e forma uma crista. No ponto máximo do clímax, sua emoção ‘inclina-se para frente,

encrespa e quebra-se em uma espuma musical’. Depois, cedendo de forma progressiva, sua emoção diminui e desaparece (Stern, 1991, p. 90).

Em cada um desses exemplos, as metáforas, similaridades e identificações fabricadas pelo texto promovem um gigantismo da experiência não-verbal de uma experiência interior, já que “os perceptos podem ser telescópicos ou microscópicos, dão aos personagens e às paisagens dimensões gigantes, como se estivessem repletos de uma vida à qual nenhuma percepção vivida pode atingir” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 222). Sendo assim, pode-se dizer que Stern (1991) se propõe a tarefa impossível de traduzir, apesar das imprecisões, a realidade vivida por seu filho, Joey. Para Stern (1991), o espaço também é produzido por esses artifícios narrativos, uma vez que bebê e adulto não dispõem imediata e espontaneamente das mesmas capacidades e habilidades de alguns adultos – andar, falar, usar movimentos finos. Em uma instância psicológica, “seu espaço não é contínuo e uniforme como o de um adulto. É como se fosse uma bolha que se formasse ao seu redor no campo de extensão de seu braço” (Stern, 1991, p. 26). Por sua vez, o deslocamento de Joey no espaço requer o embalo nos braços, um carrinho, um cueiro ou outra forma de serem carregados. O espaço torna-se um movimento em permanente fluxo na qual o bebê é expectador das distâncias e sua vontade nem sempre acompanha sua agência.

Mesmo com essas limitações, a comparação da vivência de Joey a uma bolha sugere alguma porosidade sensorial pela qual o bebê se recolhe e se agarra ao ambiente. Isto por si só já afasta toda exclusividade e privacidade da mente como um sistema fechado em si mesmo. O apego do desejo exprime vínculos, transferências e movimentações trópicas. Ainda que o fosse, seria ainda necessário explicar como essa placa nervosa que chora, mama, se encolhe e se irrita divide seu estatuto de organismo com aquele de indivíduo sexuado e generificado, o que Stern (1991), apesar de seus méritos, não nos dá a conhecer.

Vejamos o seguinte excerto:

A partir dos três meses de idade Joey é capaz de diferenciar facilmente um bebê de um adulto, ou até mesmo de uma criança mais velha. Não temos certeza sobre como os bebês fazem isso, mas esta capacidade parece estar baseada no fato de que adultos e crianças maiores geralmente têm tamanhos de corpo e cabeça proporcionalmente diferentes: isto é, quanto mais jovem a pessoa, maior a testa e a cabeça, maiores os olhos, menor o queixo e o nariz em comparação com o tamanho do corpo. Os bebês também são especialistas, ou tão bons ou melhores do que os adultos, em diferenciar os bebês dos sexos feminino ou masculino. Parece que as meninas e meninos, mesmo quando muito pequenos, têm configurações faciais ligeiramente diferentes (é claro, com muitas coincidências também). As experiências com

a discriminação visual sugerem que os bebês são sensíveis às diferenças grupais (Stern, 1991, p.86-87).

Por um lado, se Stern (1991) se dedica a incursionar pela interioridade da psique do bebê com uma criatividade poética fascinante, por outro deixa em aberto fenômenos igualmente importantes. Quais processos e saltos de desenvolvimento desembocam nessa capacidade dos bebês em reconhecer rostos masculinos e femininos, já que tal reconhecimento não existe desde o nascimento? Soma-se a isso os subsídios fornecidos por teorias de gênero como a de Butler (2006; 2018; 2019) para desconfiar da naturalidade dessa afirmação pelo simples fato de que o masculino e o feminino pertencem ao domínio do discurso. Logo, um e outro são situados na proliferação e manutenção do poder mais do que por forças intrínsecas e genéticas esperando seu desabrochar no organismo.

Tal poder poderia até mesmo ser considerado uma rostidade, produto de uma axiomática capitalista, visto que

[...] os rostos concretos nascem de uma máquina abstrata de rostidade apenas rostos masculinos ou femininos], que irá produzi-los ao mesmo tempo que der ao significante seu muro branco [de criação], à subjetividade seu buraco negro [de assimilação]. O sistema buraco negro-muro branco [criação-assimilação] não seria então já um rosto, seria a máquina abstrata que o produz, segundo as combinações deformáveis de suas engrenagens. Não esperemos que a máquina abstrata se pareça com o que ela produziu, com o que irá produzir (Deleuze; Guattari, 1996, p.30).

Além disso, as lacunas apontadas em Stern (1991) são preenchidas com breves advertências (louváveis aos exercícios de vigilância epistemológica), como ao dizer “não temos certeza como os bebês fazem isso” e “é claro, com muitas coincidências também” (Stern, 1991, p.86-87). Com isso, posterga-se o problema da formação da divisão sexual, mesmo que em uma instância simbólica, na percepção do bebê. Se esses exercícios de vigilância epistemológica são indispensáveis até mesmo na forma de avisos, eles não estão livres de rostidades quando o pesquisador se vale dessas soluções pontuais e provisórias. Inclusive, não descarto a possibilidade de que esse tipo de recurso sejam estratégias de acabamento de texto a uma pesquisa que produziu seus dados com atenção restrita a determinados acontecimentos e fenômenos ou não encontrou análises adequadas para desdobrar o gênero na percepção do bebê, um objetivo ao qual não se propôs.

Holt (2013; 2018) pratica a vigilância epistemológica de outro modo, ela adverte sobre o prejuízo que interpretações liberais da psique provocam a uma agenda de pesquisa de bebês

com centralidade nas dependências dos sujeitos uns aos outros, cuja expressão é sentida pelo espaço, o mediador dos gestos e presenças. Ela, ao contrário de Stern (1991), frisa o gênero como uma incorporação das relações no espaço, o que já representa um dobramento dessas relações em emoções pelas apropriações semióticas e concretas dos sujeitos em contexto. De forma semelhante, estas ideias também são encontradas em Butler (2017) pela inscrição de signos na superfície corporal, a qual deve ser entendida também como uma superfície mental, um campo do desejo. Pode-se imaginar, por exemplo, que os sentidos dos bebês são excitados diferentemente por pai e mãe, assim como por outros homens e mulheres que porventura venha a conhecer. Os acontecimentos que servirão de substrato para a experiência do bebê estão intimamente vinculados com o direcionamento e as restrições que repousam sobre sua atenção ao ambiente, a formação de sua memória e como ela se mistura às inclinações do bebê para corresponder às expectativas de suas cuidadoras e seus cuidadores na produção de suas paisagens mentais e de sua personalidade.

Para dizer de outro modo, a atenção dispersa, difusa e em fluxo do bebê, ainda que não perca de uma vez por todas essas características ao longo de seu desenvolvimento, serão rostificadas por delimitação das distribuições e variações das matérias de expressões. Uma vez que aconteça essa rostificação, estabilizam-se hábitos, atitudes e valores determinados socioculturalmente. Explica-se então o costume de ver na experiência linguística de quem se enxergar por menino ou menina uma das primeiras estratificações sociais bem-sucedidas já na infância. Assim, quando se argumenta aqui sobre tomar as emoções por materiais básicos na experiência do bebê, significa a possibilidade de compreendê-los nessa ficção interior de uma topografia psíquica, desde que a discussão se ponha em continuidade aos limites da observação etnográfica, isto é, do acompanhamento e interpretação do espaço circundante.

Aliás, se a vida psíquica dos bebês é constituída na dependência intersubjetiva, então a subjetividade já está pressuposta e abarcada no debate da agência. Pode-se recorrer ainda a Holt (2013), para quem “representar a vida das crianças envolve interpretar suas práticas cotidianas a partir de marcos discursivos adultos, o que são, presumivelmente, insignificantes para as crianças”, porém, “qualquer tentativa de representação é limitada e enquadrada” (HOLT, 2013, p. 13, tradução minha)¹⁵, o que pode ser atenuado por conhecimentos oferecidos por cuidadores/as, embora não torne o discurso menos ficcional ou distorcido.

¹⁵ No original: “Representing infants’ lives involves interpreting their everyday practices within adult discursive frameworks, which are, presumably, meaningless to infants [...]. any attempt at representation is limited and framed [...]”.

Por exemplo: se Stern (1991) narra a experiência do bebê por metáforas da natureza ou da arte, as quais além de promover algum deleite estético para o leitor na tentativa de reproduzir o que um bebê vê, pensa, sente e imagina, ainda provocam estranhamento àqueles acostumados à terminologia científica e rigorosa da neurologia ou da psicologia do desenvolvimento. Alguns artifícios ou estratégias que proporcionam esses efeitos são: simular a percepção do sujeito observado, narrar a experiência em primeira pessoa e permitir que a observação dos gestos se misture com especulações dos acontecimentos intensivos na percepção sem desconsiderar conhecimentos e saberes das ciências maiores, mas dialogando com elas as descobertas e percursos teóricos, enquanto outras vezes serão meros roteiros heurísticos a serem reconduzidos e contestados por sua própria percepção dos eventos.

Tanto o efeito estético como o estranhamento poderiam ser produzidos usando-se metáforas cibernéticas, futuristas ou perspectivistas, ao modo de Preciado (2018). Isto se justifica por uma contundente separação entre natureza e cultura em Stern (1991), porém, visto que alguns bebês se alimentam por fórmulas de leite em pó, produtos de uma indústria de alimentos que intervém molecularmente na alimentação e composição dos organismos infantis, o que por si só, mas não somente, já representam modificações artificiais da natureza humana por recodificações do corpo. Em decorrência disso, bebês poderiam ser comparados a robôs com emaranhados de cabos, fluidos e circuitos programáveis e previsíveis, enquanto os saltos de desenvolvimento poderiam ser comparados à fenômenos de emergência informacional capazes de modificar sua interface orgânica com a instalação de uma consciência. Ao mesmo tempo, os conflitos entre máquina e consciência seriam um tropo *cyberpunk* de insurgência e revolução usado para representar a multiplicação de modelos de aprendizagem de máquina ou modos de existência por insubordinação política.

Consequentemente, a fabulação dos espaços mentais aparece como antinomia da rostificação (Deleuze; Guattari, 1996) para recuperar a diferencialidade das linhas e forças invisíveis do rosto e suas transmutações nas relações de apego. Nesse sentido, o rosto, e não a rostidade, oferece possibilidades geográficas para a interpretação de coordenadas intensivas. Ao existir em potência, toda a imanência intensiva do bebê se expressa (e experimenta) na linguagem não-verbal das extensões musculares do corpo. Se identificamos as emoções no rosto é menos por ser uma placa nervosa formada para esse propósito do que pela associação com a potência do corpo para exprimir essas mesmas emoções. Interpretar as afecções do rosto e do corpo implicam na existência dos afetos em intensidade na medida em que sua

passagem para uma extensividade é uma mudança no modo de existência desse mesmo afeto¹⁶.

Mesmo quando nos limitamos ao rosto para explicar a formação da personalidade, Stern (1991) sugere que as sucessões de imitações e contágios emocionais nas brincadeiras entre mãe e filho, nas quais a face pode preencher a atenção de ambos os agentes, há uma *circulação* do rosto, momento em que as emoções não são simplesmente informadas, armazenadas e decodificadas, mas sinalizam um momento único de *transferência de emoções e ligações afetivas* recuperáveis pela memória e seus desdobramentos em repertórios particulares. Nesse sentido, a imitação é como uma membrana das matérias de expressão enquanto a simulação do rosto percebido é sua síntese provisória.

Com isto, a rostidade e a rostificação não perdem sua importância na cartografia dos afetos, já que elas se misturam com a diferencialidade percebida e assimilada pelo bebê. A partir de Santiago (2019) e Oliveira e Abramowicz (2010) pode-se sugerir para o funcionamento da branquitude mecanismos idênticos de autoagressão presentes na melancolia de gênero, uma vez que a formação do sujeito embranquecido requer a separação e aniquilação de sua parte negra (ou enegrecida), se utilizamos uma matriz de colorismo binária. Para não representar apenas um paralelismo, sabe-se ainda que gênero e raça são categorias interseccionáveis quando a matriz heterossexual animaliza e desumaniza o sexo dos bebês negros por atitudes (ou rostificações) racializantes, tal como quando cuidadoras brancas assumem nas brincadeiras de um bebê negro com uma bebê negra suas predisposições ao coito, ou seja, a conversão de possíveis emoções prazerosas a instintos selvagens (Santiago, 2019); ou evitam os corpos suados de bebês negros com receio de uma contaminação imaginada, em que as implicações e consequências de cor dão indícios do sentimento de solidão sentido pelo corpo negro (Oliveira; Abramowicz, 2010).

Em qualquer uma dessas situações, a emotividade envolvida no cuidado está perpassada por graus de intensidade invisíveis e expressos nas rostidades dos acontecimentos (na intersubjetividade de um instante), que se dizem pelo medo, dor, agonia, angústia, terror, irritação, fúria, paixão e amor, e que Butler (2017) também utiliza para explicar o apego. Desse modo, um olhar verdadeiramente atento à complexidade do rosto e à variação das tonalidades emocionais permite ir da observação de gestos e expressões para aqueles temas discutidos em Santos (2021): as experiências de reconhecimento social do corpo negro, à

¹⁶ Vale lembrar que afeto remete a filosofia de Espinosa; desejo, pulsão e libido são retomados aqui das psicanálises de Freud e Lacan; com sensibilidade e sensações remonta-se genericamente ao início da filosofia moderna, como em Kant e Hegel; e emoção usa-se como Holt (2013; 2018).

vivência da beleza da cor e aos saberes ancestrais das etnias por uma espacialização das emoções. Somente a conexão a objetos e discursos em um espaço geográfico, como propõe Holt (2013; 2018), nada explica da vida psíquica e emocional dos bebês, ela constata apenas os deslocamentos no espaço sem sua gravidade temporal. Quando seja discurso, pode incorrer em uma temporalidade sem mediação do desejo, como se a reprodução das estruturas soterrasse o desejo maquínico do sujeito ao invés de oferecer-se à recontextualizações criativas para símbolos aparentemente fixos. Se quisermos mergulhar em uma dinâmica interna do apego em intersubjetividade, então faz-se relevante uma ficção topográfica que nos comunique com a voz assignificante da psique dos bebês, como na notável e persistente metáfora da bolha da experiência em Stern (1991).

Sendo assim, se há uma rede de signos na etnografia com bebês e suas/seus cuidadoras/es e se o acompanhamento de seus trajetos e interações geográficas oferecem momentos de conhecer seu cotidiano, interesses e necessidades por aproximações éticas fornecidas pelos próprios/as cuidadores/as (Holt, 2013; 2018), então uma topografia do apego tensiona essa ética para dobrar-se sobre si mesma na busca de correlações entre contexto, emoção, sujeição e vida psíquica. Ainda que não haja sujeito no bebê, há paixão. E mais do que potência, o bebê se constitui na materialidade de suas paixões. A atuação ou ação social do bebê não se limita, portanto, à interação, mas à formação da reflexividade por meio dessas paixões pululantes da pele para dentro, do aprofundamento melancólico da pulsão epidérmica.

A sensibilidade dos bebês pode ser descrita topograficamente por coleções de sensações em associações descontínuas e sujeitas a interpretações limitadas, pelas quais se compreende a noção de reflexividade para bebês. Ainda que eles não participem ativamente da argumentação de Butler (2017), ela cabe aos bebês: “defenderei que não existe sujeito exceto como consequência dessa reflexividade” (Butler, 2017, p. 102) e sua “circularidade lógica [se nos primórdios da consciência está o corpo ou o sujeito]” “é atenuada quando se entende que [...] essa relação de reflexividade é sempre e exclusivamente representada, e que essa representação não tem pretensões ontológicas [não descobrirá o Ser em sua essência]” (Butler, 2017, p. 103). Isto aproxima Butler (2017) do referencial rizomático privilegiado por Holt (2013) ao mesmo tempo que afasta o gênero de uma tendência à rostificação.

Com efeito, Butler (2017) continua: “é estranho nos referirmos a uma ‘vontade’, ainda mais a sua ‘volta sobre si mesma’, porque isso representa um processo que não pode ser separado da própria representação, muito menos compreendida fora dela” (Butler, 2017, p. 103). Isto desemboca na importância de considerar-se “vestígios mnemônicos” (Butler, 2017,

p. 267) por possibilidades anteriores ao sujeito e por ele requisitadas na formação e operação da reflexividade sem presumir uma finalidade estruturante. Sendo assim, qualquer exercício topográfico remete imediatamente a uma reflexividade – a capacidade (inicialmente atribuída a um sujeito) de dobrar-se sobre si mesmo -, e se ela pode ser dita por sensações desconcertadas habitando um espaço interior que tende à forma estruturada e não coesa da subjetividade, então a reflexividade remete a uma historicidade da sensibilidade.

Dito em outras palavras, se seguimos Stern (1991), o bebê pode ser visto como um adulto em potência, por isso a linguagem do bebê é aquela que seus intérpretes são capazes de captar e sem a qual o cuidado não atingiria o estatuto de um saber, já que se daria ao acaso. Pelo contrário, a relação de apego permite uma comunicação entre bebê e cuidadores e distorções de sentido são inevitáveis na dependência estabelecida entre eles. Ademais, a vida psíquica dos bebês, assim como eles mesmos, não perseveram isoladamente em sua existência sem essa dependência inevitável ao mundo adulto e, portanto, ao seu mundo social. Perguntar-se o que os bebês *realmente veem, sentem ou vivenciam* pode ser, a princípio, uma tentativa de tatear uma verdade anterior e substancial à sua existência, mas se concebemos o apego como um fenômeno relacional, o apego atesta um ato de sobrevivência do bebê em sua interação com o mundo circundante, em que as emoções lhes servirão de subsídio para sua própria constituição na medida em que nega a si mesmo.

Conclusões

Ao longo do artigo, tentei sugerir que uma teoria da sujeição fundada no apego pressupõe uma liberdade limitada à interdependência de um ser ao seu contexto. Tal limitação incorre em outra, a da resistência aos resíduos produzidos em interação com o contexto, o que não elimina possibilidades de resignificação das performatividades porvir, já que a formação de estruturas reflexivas (e os funcionamentos primários da reflexividade) sustentam as subversões. Aliás, a própria subversão compreende em si uma dobra da repressão e a vulnerabilidade de ser dobrada em seguida. Ao assumir essa posição, concordamos com Butler (2017) de que toda sexualidade é sempre orientação sexual do apego a objetos culturalmente sexualizados na medida em que pesam sobre eles proibições a objetos não-sexualizados e não-sexualizáveis, os quais, no entanto, participam da vida libidinal dos bebês na primeira infância e podem ser preservados pelo mecanismo da melancolia na constituição de seu gênero. Logo, se a sexualidade não é primeira para a consciência, então tampouco a

heterossexualidade o será para o bebê, e assim se reforça a topografia não-binária¹⁷ da primeira infância e toda possibilidade de reforma do humano em um *sujeito impossível* tornado possível por sua agência.

A partir desse horizonte ficcional de pesquisa sobre a agência dos bebês, contraponho e complemento a compreensão de Holt (2013; 2018) sobre a sujeição, para quem bastaria estudar as interações bebê-cuidador/a, micro-espacialidades e geografias morais. Com Butler (2017), acrescento então a possibilidade de recorrer a topografia do apego, como já discutido na sessão de desenvolvimento. Seguimos, assim, na tentativa de trazer maior materialidade aos Estudos de Bebês (Tebet, 2019) pelo encurtamento dessa eterna distância, mesmo nas atitudes mais sinceras e honestas de compreender os bebês, que recria a experiência desses seres como mero vislumbre epistemológico e teme jogar com as emoções e a linguagem para compreender as determinações do contexto na formação de suas subjetividades. Em um outro sentido, a interioridade se apegue a essas determinações contextuais, abrindo-a à extensividade do espaço transformada em intensividade no corpo, apresentada como sustentação do sujeito em devir e compondo-se com o desejo de um organismo. Para isso, a atenção ativa aos contextos somada a estratégias narrativas, à vigilância epistemológica e a fabulação de como o apego é sentido do corpo para dentro, podem se mostrar caminhos possíveis na tentativa de não somente romantizar ou naturalizar os bebês e suas infâncias, como em aventurar-se em questionar as próprias estruturas de apego de quem pesquisa a suas bases e procedimentos epistemológicos, metodológicos e estilísticos.

Desse modo, os argumentos centrais para a concretização dessa empreitada foram: a) bebês não tem gênero, mas a categoria gênero contribui na compreensão de sua intersubjetividade; b) a vulnerabilidade dos bebês oferece apegos emocionais a objetos e sujeitos; c) a sensibilidade dos bebês pode ser descrita topograficamente por coleções de sensações em associações descontínuas e sujeitas a interpretações limitadas; d) se a vida se constitui a partir de dependências, então o cuidado e a ética na educação infantil se fundamenta na dependência da potência do bebê às condições materiais e semióticas presentes em seu entorno; e) finalmente, a agência do bebê e de sua potência de gênero encontra seu limite em sua sujeição emocional, ao mesmo tempo que mantém a distância entre o rosto e sua rostificação.

¹⁷ O que não deve ser tomado por equivalente ao sentido político assumido em identidades não-binárias. Aqui, o termo não-binário apenas se opõe à matriz binária da heterossexualidade compulsória.

Referências

- BARROS, Gustavo de Almeida. Bebê, sociologia e Gabriel Tarde: por uma relação infinitesimal. In: TEBET, G. (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 447-465.
- BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Trad. P. Soley-Beltran. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 2006.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Trad. R. Bettoni. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. R. Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. Trad. V. Daminelli; D. Y. Françoli. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019.
- COSTA, Julia. **Relações de bebês na creche**: experimentações cartográficas - Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Unicamp, Campinas, 2019. 79 p.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. B. Prado Jr. e A. A. Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. Trad. A. Guerra Neto; A. L. Oliveira; L. C. Leão; S. Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia 1. Trad. L. B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- HOLT, Louise. Exploring the emergence of the subject in power: infant geographies. **Environment and Planning: Society and Space**, v. 31, n. 4, p. 645-663, 2013.
- HOLT, Louise. Retrieving the hidden everyday spaces of infants. **Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar**. v. 8, n. 2, p. 407-440, 2018.
- LINS, Heloísa Andreia de Matos. Utopias e os estudos de bebês: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. In: TEBET, G. (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p.607-619.
- MORAES, Karolina Barros. **Bebês, educação infantil e pesquisa**: experimentações cartográficas. 2018. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Unicamp, Campinas, 2018.
- OLIVEIRA, Fabiana de. O campo dos estudos de bebês e a questão racial: o que nos apontam as pesquisas? In: TEBET, Gabriela (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, p. 225-241, 2019.
- OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 02, p. 209-226, ago. 2010.
- PONTES, Loani Cristina Buzo. Os bebês e a formação de redes – diálogos com Bruno Latour e a teoria do ator-rede. In: TEBET, G. (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 395-412.

PONTES, Loani Cristina Buzo. **Bebês e redes**: cartografias que tornam visíveis trajetos e redes de bebês em (uma) creche a partir de um diálogo com Latour e Deligny. 2020, 257f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, 2020.

SANTIAGO, Flávio. **Eu quero ser o sol!** (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche. 2019, 111f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, 2019.

SANTOS, Natália Lopes. **O acolhimento de bebês negros no espaço da creche**: aspectos a considerar e desafios a alcançar. 2021. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Unicamp, 2021.

PRECIADO, Paul. **Testo junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

STERN, Daniel. **Diário de um bebê**: o que seu filho vê, sente e vivencia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. Introdução ao estudo de bebês a partir das perspectivas sociológicas. In: TEBET, G. (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p.17-30.

TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Isto não é uma criança!** teorias e métodos o estudo de bebês nas distintas abordagens da sociologia da infância de língua inglesa. 2013, 160f. Tese (Doutorado em Educação) – UFSCar, São Carlos, 2013.

WEEDON, Chris. **Feminism, theory and the politics of difference**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1999.

Sobre o autor

Alan Isaac Mendes Caballero: Graduado em Pedagogia, Mestre em Educação e Doutorando em Educação, todos pela UNICAMP, com escopo em sociologia da educação, fundamentos de educação e organização do trabalho escolar.
E-mail: alanisaac09@gmail.com

Recebido em: 27 fev. 2025

Aprovado em: 08 jul. 2025